

# Maria Quitéria

FUNDO CEMAP  
LP 011292

*Boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano III nº 4 Março de 1979.*

## **Idibal Piveta e sua aula sobre Anistia**

Página 3

## **O Vaticano e a realidade latino-americana: Puebla**

Página 4

## **Mãe e filho - a coragem e a legitimidade**

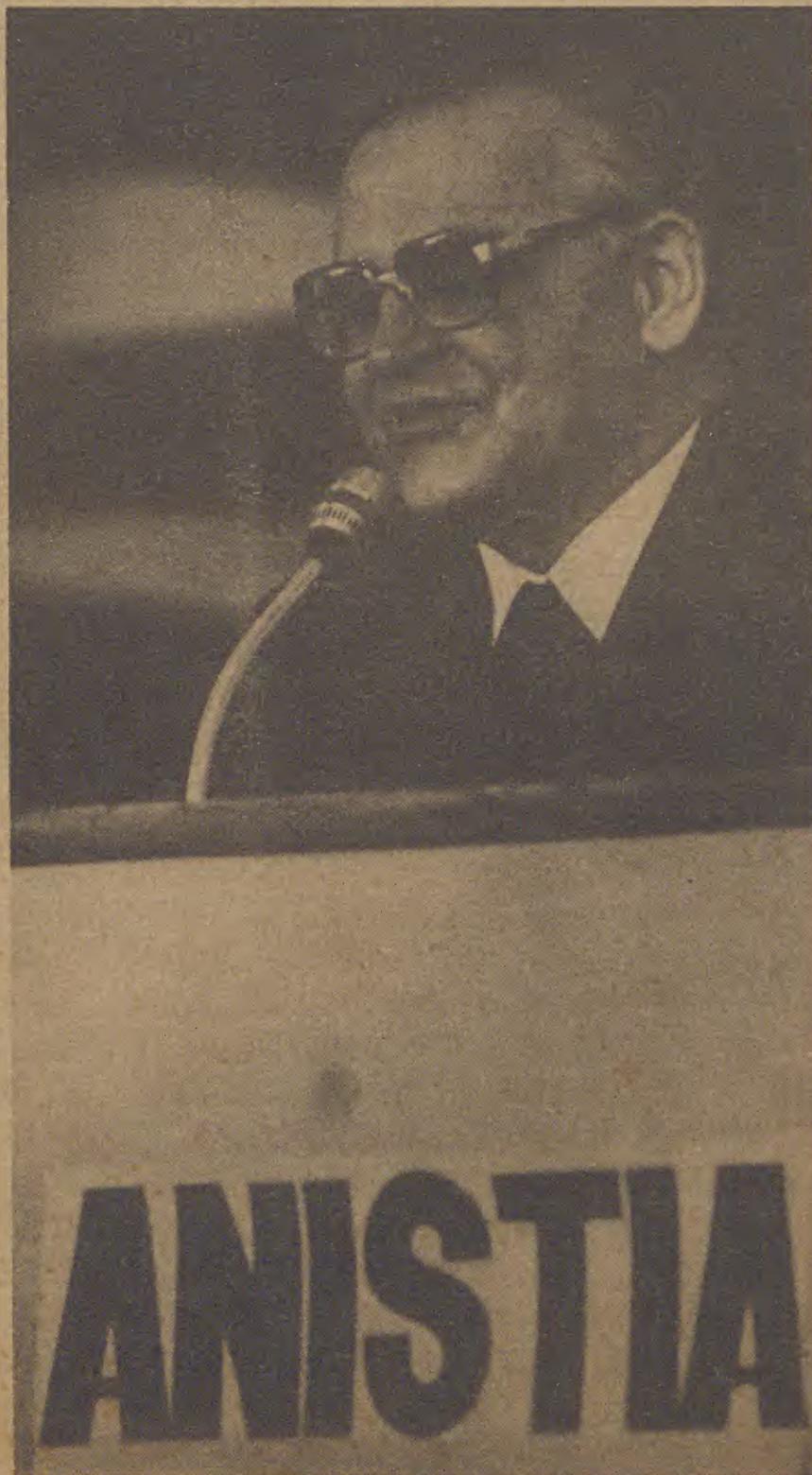
Página 6

## **O Congresso Nacional pela Anistia**

Página 8

## **As vítimas do arbítrio e da omissão**

Página 10



O Movimento Feminino pela Anistia, após 4 anos de luta pela Anistia Ampla e contra os atos de exceção, nesta hora histórica que vivemos, vem fazer presente sua contribuição.

A nós, mulheres transmissoras de cultura, valores e comportamentos, cabe expressar nosso juízo sobre o mais grave problema presente de nossa Pátria: o político. Encontra-se em prepação pelos áulicos do regime, um projeto de Anistia parcial e limitada que para nós assume o caráter de uma mistificação.

Em 1964, grupos interessados na tomada do poder, rasgaram a Constituição; quando isso acontece, a violência não é só contra pessoas, mas, em cheio, contra a Nação. O movimento armado consubstanciou-se num Comando Geral da Revolução que abriu as comportas do arbítrio contra políticos, militares, intelectuais, profissionais liberais, imprensa, trabalhadores, estudantes etc. Foi o esmagamento da Consciência da Nação que se opunha à derrocada do Estado de Direito. A Nação estremeceu-se face à longa procissão de cassados, exilados, presos, perseguidos, injustiçados e humilhados.

Órgãos foram abruptamente fechados, como a UNE que tantas páginas de amor à Pátria havia escrito com sangue e luta.

E, no entanto, a bandeira desfraldada pelo movimento trazia escrita a luta contra a corrupção, o comunismo e a volta a uma Democracia mais pura e insofismável. O arbítrio se sistematiza com o Ato Institucional nº 5, a 13 de Dezembro de 1968, e o fechamento do Congresso.

Todo mecanismo democrático para amenizar e circunscrever conflitos - o diálogo, o poder moderador, a limitação da violência, a prudente arte do possível foi arrasado por uma Ditadura que escondia até seu nome. A Nação foi encostada face a um muro.

As forças populares, a mocidade estudantil, aqueles desesperançados com uma situação sem saída foram compelidos ao confronto violento.

De 1969 a 1975, os próprios órgãos de Segurança anunciavam que o estado era de guerra interna e numa guerra tanto se mata quanto se morre. Só se compreende algo, quando se desce a sua origem, a sua razão genética.

A razão havia sido a quebra da Constitucionalidade. O mundo feminino, dentro de seu conhecimento intuitivo e primordial sentiu a necessidade de um paradeiro só possível com a longa e penosa volta ao Estado de Direito. Quando em 1975, a ONU organizou o Ano Internacional da Mulher cujo lema foi Igualdade, Desenvolvimento e Paz, intuimos que a História, nesse instante, passava a nosso lado e partimos para a luta que mantemos até hoje.

Já é público ser o projeto de Anistia de caráter restrito. Ressalta a ambigüidade em toda a manobra política do governo: incorporar à Constituição e à Lei de Segurança Nacional todos os instrumentos de repressão e, após, concede uma Anistia anêmica. A Anistia não goteja de fronte do príncipe como o Direito no Século XII. É ato político, restabelecimento do equilíbrio social e não mercê, perdão ou magnanimidade.

Cabe ao MDB como canal legítimo das oposições uma luta política sem tréguas, apresentação de emendas a fim de adequar o projeto à realidade brasileira. Sancionada como restrita, será adequada à situação do governo, mas não a da Nação.

Transformada em Lei terá que ser cumprida: será legal, mas não legítima. Os primeiros combates da batalha foram vencidos; a luta continuará. Venha o que vier - não consideramos benesses e, sim, conquista - fruto de quatro anos de luta.

A atual conjuntura do governo se apresenta como grave: inflação acentuada, dívida externa de volume nunca alcançado; derrocada dos planos econômicos milagrosos; insatisfação social, fratura da unanimidade do apoio das Forças Armadas; perda de crédito face à Nação.

Não há dúvida de que perdeu sua liberdade de ação. Segundo a ideologia da Escola Superior de Guerra, torna-se necessária uma manobra no campo psico-social: o governo necessita de um mínimo de conciliação para negociar sua viabilidade política.

A solução será uma Anistia restrita, inócua, mantendo o governo sua possibilidade de arbítrio legalizada pela Lei de Segurança Nacional e pela incorporação à Constituição dos "princípios" do AI-5. Esta Anistia é um fogo de artifício para desviar a atenção da Nação dos acontecimentos principais.

O futuro é nosso projeto, o sentido de nossa vida. Temos clareza em nossos objetivos: Anistia ampla como primeiro passo para uma abertura democrática consequente; em segundo plano, a convocação de uma Assembléia Nacional constituinte que convoque os setores da cidade, do campo, da grande massa de analfabetos que trabalham e produzem, de todas as forças vivas da Nação para que, juntos, elaborem a Carta Constitucional que virá passar a limpo e restaurar injustiças geradas por 15 anos de arbítrio criador de uma zona de silêncio de sentido da qual dificilmente sairemos a não ser dando com coragem o primeiro passo.



## Expediente

Diretor responsável:

Nicodemus Pessoa

Editores Contribuintes:

Diana Mendonça

Irene Abramo

Margarida Naves Fernandes

Mequita Assumpção

Norma do Valle

Therézinha G. Zerbine

Esta publicação é propriedade do

Movimento Feminino pela Anistia.

Endereço (redação): Rua José de Freitas

Guimarães, 209 - SP.

Composto e impresso nas oficinas da

Artes Gráficas Guarú S/A. Rodovia

Presidente Dutra, km. 214, Bonsucesso

- Guarulhos.

Foto Capa: Dom Paulo Eyaristo Arns,

Arcebispo de São Paulo.

# " Anistia não é perdão é um direito do povo "



IDÍBAL PIVETA

Idíbal Pivetta, advogado de presos políticos há 11 anos, ex-Presidente em exercício da UNE e dramaturgo, concedeu entrevista ao jornalista Ruy Veiga, do jornal Última Hora, sobre Anistia.

### O que é anistia?

Anistia é um borrão que apaga todos os fatos ditos criminosos. É uma forma de se colocar esses fatos no esquecimento perpétuo. Uma análise mais detalhada do crime político mostra que no Brasil nenhum jurista se arriscou a conceituá-lo. Tiradentes no seu tempo foi considerado um criminoso político, foi enforcado, salgado, etc. Hoje ele é um herói nacional. Tiradentes cometeu um crime considerado político no seu tempo, mas a história demonstrou exatamente o contrário.

### No que se baseia a conceituação de segurança nacional?

O conceito de segurança nacional baseia-se em leis de exceção como o Decreto 477, a Lei de Imprensa, a Legislação Sindical, a Lei Anti-Greve e a própria Lei de Segurança Nacional. Todas essas leis de exceção são ilegítimas, porque não são feitas através do único poder que pode emanar leis, o Congresso (Poder Legislativo). Essas leis ilegítimas são ditadas pelo executivo ao sabor de circunstâncias do momento.

### A anistia é perdão? E por que ela deve ser plena e ampla?

A anistia para alcançar todos os seus objetivos tem que ser ampla e plena, pois é um ato de governos que tentam obter conciliação nacional. Anistia por ser esquecimento não se identifica com perdão, e também não é uma dádiva. Anistia é uma conquista do povo em busca do respeito aos direitos humanos. O movimento de anistia que vem de vários anos, está hoje à crista de um amplo trabalho de esclarecimento da opinião pública. O movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita serve para comprovar as boas ou más intenções de um governo que se inicia. No caso brasileiro, poderemos medir as intenções e as dimensões da conciliação nacional proposta pelo general Figueiredo, através da anistia que ele pretende conceder.

### Como podemos ver a proposta do governo de anistia restrita?

A anistia restrita tem sido colocada em dois termos: 1) "Anistia para todos, menos para os envolvidos em assaltos e crimes de sangue e militares" e 2) "Anistia para todos, menos os envolvidos em crimes de sangue". Na minha opinião, a anistia restrita concedida nestas duas formas é um benefício para apenas 30% dos cidadãos prejudicados pelas leis de exceção. Pode-se perceber que sem dúvida elas estão sendo propostas para esvaziar o movimento nacional em prol da anistia ampla, geral e irrestrita. Esta anistia restrita tem caráter de esmola, que não beneficia ao povo brasileiro e não demonstra nenhuma intenção de promover uma conciliação nacional.

### Quais são os objetivos políticos de uma anistia, ampla, geral e irrestrita?

A anistia plena deve ser considerada como uma etapa para a construção de um estado de direito, onde sejam respeitados todos os direitos dos 110 milhões de brasileiros. É uma anistia que conduz todo o povo brasileiro a conseguir justiça social.

### Por que obter a anistia plena para trazer de volta banidos e exilados?

Os exilados são elementos que defendem os interesses populares e têm como perspectivas defender melhores condições de vida para todos os brasileiros. É importante a volta de Brizola, mas talvez seja mais importante a volta de elementos como Maria da Conceição, operária de Contagem, José Ibrahim, operário de Osasco, Argonauta Pacheco e Manuel do Nascimento, operários de Osasco. A experiência desses brasileiros e de muitos outros em questões populares permitirá que nos organizemos em busca da defesa dos interesses dos 110 milhões de brasileiros.



# Puebla

# Puebla



4



"ANISTIA É POUCO" dirá nossa Igreja em Puebla. E disse.

"A Anistia é muito pouco. Se não houver conciliação entre opressores e oprimidos não haverá perdão", disse o coordenador da delegação brasileira à Puebla, o bispo auxiliar de São Paulo, Dom Luciano Mendes de Almeida, revelando o pensamento da Igreja do Brasil em relação ao tema a ser apresentado na terceira Conferência Episcopal Latino Americana (Celam) que se iniciou em 29 de janeiro de 1979, no México.

Dom Ivo Lorscheider, disse por sua vez que "mais do que Anistia, nós precisamos de Justiça como prova de comunhão entre dominados e dominadores. (Folha de S.P. 25/1/79).

Dentro deste espírito, o Movimento Feminino pela Anistia fez entrega de uma petição através da Sra. Regina Sodre Von Der Weid, Vice-Presidente do Núcleo do Rio, transcrito abaixo:

Cardeal Aloisio Lorscheider.  
D.D. Presidente da C.N.B.B.

O Movimento Feminino pela Anistia congrega mulheres que lutam por princípios de Amor, Liberdade e Justiça. Somos milhares de mulheres que se posicionam como cidadãs conscientes de que a Paz é fruto da Justiça.

Em assim sendo, levamos nossa voz a Puebla pedindo que nesta Assembléia iluminados, pelo Espírito Santo, possam nossos pastores se manifestar pela Anistia política a todo o Continente Americano.

O Brasil, a maior nação cristã do mundo, anseia por Justiça e Liberdade para conseguir a Paz e a Esperança de seu povo.

Atenciosamente  
Regina Sodre Von Der Weid  
Vice-Presidente do Núcleo do Rio.

A partir da entrega deste ofício passamos a acompanhar com vivo interesse os acontecimentos de Puebla. Dia 29, Dom Aloisio Lorscheider, Presidente do Conselho Episcopal Latino Americano (Celam) e um dos três presidentes da reunião de Puebla, dizia aos 356 participantes da reunião: "A meta da Conferência é encontrar a maneira de encarnar o Evangelho nas circunstâncias da América Latina para transformá-la".

E fazia uma enfática defesa da dignidade da pessoa humana, pregava uma verdadeira e autêntica libertação, defendia como modelo de evangelização as Comunidades Eclesiásticas de Base e a ação da Igreja nos terrenos cultural, político e social, a partir do Evangelho.

Na quarta-feira foram escolhidos quatro núcleos (grandes capítulos, envolvendo 21 temas mais específicos) que são os seguintes: visão pastoral da América Latina, reflexão doutrinal; Evangelização na e pela Igreja na América Latina e a Igreja Evangelizadora e Missionária hoje e no futuro da América Latina (o item mais político, pois engloba desde a opção preferencial pelos pobres até torturas e prisão por motivos ideológicos).

Entre os núcleos e entre os temas figuram a opção preferencial pelos pobres, a condenação da tortura, o apoio aos presos políticos, os refugiados, os exilados e assim por diante.

Na tarde de quarta-feira Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, comentava com os jornalistas brasileiros: "Estou mais que contente, estou entusiasmado". A ida do Papa João Paulo II à Puebla deu grande destaque à conferência. A visita serviu também para que o Papa conhecesse a miséria que não é mexicana, mas latino-americana. Um índio da Serra de Oaxaca, Esteban Fernandez, 48 anos, sete filhos, camponês seis meses por ano e pedreiro no resto do tempo disse: "Na terra de nossos avós, de nossos pais, nos tratam como estranhos. As vacas vivem melhor que nós, os índios". Essas e muitas outras cenas dos sete dias de João Paulo II na América Latina parecem dar razão ao escritor mexicano Juan José Areola quando diz: "o povo continua acreditando em algo messiânico para resolver seus imensos problemas e continua esperando justiça de ações além do racional".

Completa Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife: "A história é implacável. Os que pensam que estamos indo depressa demais na mudança das estruturas no Continente recordam-se que a América Latina espera há quatro séculos e meio.

Dia 15 de fevereiro, na volta de Dom Paulo de Puebla, às 10:45 no aeroporto de Congonhas, Maria Quitéria se fazia presente junto à grande imprensa e fez uma única pergunta:

MQ - Dom Paulo, a Anistia para o continente latino americano foi consenso?

D. Paulo - Sim, a matéria foi muito bem tratada incluiu-se na temática dos Direitos Humanos e fez parte de nosso documento final.

"Ante a deplorável realidade de violência na A. Latina, queremos nos pronunciar com clareza".

Este é um dos trechos do texto final divulgado dia 13 pelo Celam, conf. do Episcopado Latino Americano, como resultado de seus trabalhos em Puebla, no México. Dom Paulo Evaristo Arns fez parte da comissão final da redação do documento e falou exclusivamente para a enviada especial do Movimento, Regina Festa.

Transcrevemos parte da entrevista, precedida de alguns trechos do documento dos bispos latino-americanos.

"Pedimos Anistia ampla e generosa em todos os países e o retorno dos exilados políticos à sua pátria". O documento é extremamente explícito em suas denúncias das condições de miséria da América Latina e na descrição das condições sociais, econômicas e políticas do continente.

"Queremos nos referenciar especialmente à sindicalização", diz o documento, quando fala que a falta de respeito à dignidade do homem se expressa em muitos de nossos países na ausência de participação social a diversos níveis. "Sobretudo nos países onde há regimes de força a legislação trabalhista se aplica arbitrariamente ou não é levada em conta porque estes países vêm com maus olhos a organização de operários, camponeses e setores populares, e adotam medidas repressivas para impedi-la".

No campo político, os bispos afirmam que "nos últimos anos se constata a deterioração do quadro político, em detrimento da participação dos cidadãos na condução de seus próprios destinos. Aumenta também com frequência a injustiça, institucionalizando-a. O documento explica: "a tortura física e psicológica, os sequestros, a perseguição de dissidentes políticos ou suspeitos e a exclusão da vida pública por causa de suas idéias são sempre condenáveis".

Refere-se também à doutrina de segurança nacional, dizendo que esta se opõe a uma visão cristã do homem e que ela está vinculada a um determinado modelo econômico e político, de características elitistas e verticalistas que suprime a ampla participação do povo nas decisões políticas.

Destaca a situação dos pobres e cita os "indígenas, camponeses, operários, marginalizados, sub-empregados e desempregados" e acrescenta que os "pobres alentados pela igreja comecem a se organizar para uma vivência integral de sua fé e para um reclame de seus direitos".

Enfim, os bispos denunciaram relações de injustiça entre os países "como consequência dos novos controles e da exploração causada pelos sistemas de organização da economia e da política internacional".

Adverte que esta situação pode mesmo agravar o subdesenvolvimento do hemisfério ou até torná-lo permanente.

Hoje não vivemos com uma experiência carregada de conflitos, depois da experiência de dez anos com a Teologia da Libertação. Quase todos estão cansados das ditaduras, mas o povo não quer o caos e sim, construir uma possibilidade de todos terem comida, teto e instrução.



# Zuzu



Personalidade internacional, amiga de atrizes e políticos, sucesso como criadora de moda no mundo inteiro, Zuzu Angel, mineira de Curvelo, tinha uma visão muito particular do que era moda: fazia roupas para serem vestidas e não exibidas, renegava a chamada "alta costura" e acima de tudo criava uma moda bem brasileira. Seus vestidos com muitas rendas nordestinas e estampas tropicais fascinavam a 5ª avenida.

Stuart Edgard Angel Jones, filho de Zuzu e Norman Angel Jones, casado, 26 anos, preso por atividades subversivas (assalto ao bar "Castelinho") em 14 de maio de 1971 e morto na madrugada do dia 15, no pátio do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, por aspiração de gases tóxicos, através do escapamento de uma viatura a que estava amarrado, segundo depoimento de Alex Polari de Alverga, preso na ocasião no mesmo órgão de repressão. Com o desaparecimento de seu filho, Zuzu Angel procurou de todas as formas ter notícias suas, mas a prisão de Stuart e sua conseqüente morte jamais foi reconhecida pelo governo brasileiro.

Em setembro de 71, Alex Polari depondo perante os tribunais militares contou a história do assassinato de Stuart Angel Jones, mas Zuzu recusou-se a acreditar. Foi através da moda, das rendas e dos babados que ela contou ao mundo a notícia que os órgãos de repressão guardavam como alto segredo: Zuzu lançou uma coleção de vestidos para a sociedade americana, na casa do consul brasileiro em Nova Iorque. Na passarela, onde um dos modelos era Kathy Lindsay, filha do então prefeito John Lindsay, o que se viu foram roupas verde amarelas com tanques de guerra bordados nas barras, armas matando anjos (Angel), crianças com pombas negras, pássaros em gaiolas.

Logo depois, eram espalhados por todo território nacional, cartazes dos órgãos de segurança do Brasil com a foto de Stuart e o título "Procurado por atividades subversivas".

Em abril de 1972, o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, reunindo em Brasília, sob a presidência do Dr. Alfredo Buzaid, então Ministro da Justiça, decidiu arquivar o processo que apurava o desaparecimento de Stuart Angel Jones por 8 votos contra 1.

Zuzu Angel percorreu o mundo contando a história de seu filho, telegrafando, entregando fotos, documentos e recortes à imprensa estrangeira, divulgando o horror dos métodos repressivos no Brasil, denunciando o desrespeito aos Direitos Humanos mais elementares, procurando evitar que outros jovens perecessem da mesma forma.

*Telegrama da atriz Joan Crawford:*  
"Desesperadamente triste pelo acontecido com seu filho. Muito amor e toda minha simpatia".

Em 23 de maio de 1972, Alex Polari escrevia uma carta de 240 linhas a Zuzu, contando todas as torturas a que seu filho fora submetido e seu cruel assassinato. Zuzu, cujo mundo de flores e rendas havia desmoronado, pre-

# Angel

cisou de 3 anos para criar coragem e ler a carta. Na sexta-feira da paixão de 1975, foi buscar a carta, ainda em poder da mãe de Alex.

*"... senti que era hora para ter coragem... pedi a Deus que me ajudasse a me tornar calma e forte para traduzir essa carta... Muitas vezes parei, pensando e temendo que não terminaria. Mas no domingo à noite terminei a carta. Senti-me aliviada e em paz."*

Ciente do perigo que corria divulgando internacionalmente os métodos da repressão dos órgãos de segurança no seu período mais negro, Zuzu Angel entregou todos os documentos que faziam parte do "dossiê" Stuart ao historiador Hélio Silva, depositário de quase toda memória nacional.

As visitas se sucediam ao seu ateliê no Rio de Janeiro, onde fixara residência, pessoas que chegavam falando do seu filho e quando ela demonstrava receptividade aconselhavam-na a esquecer o assunto ou insistiam que ele estava vivo e vivendo no interior do País.

Mas essa mãe nunca cessou sua denúncia. Furando severos esquemas de segurança, entregava a todas personalidades que visitavam o país minuciosos relatos dos fatos. Personalidades norte-americanas como Edward Kennedy e outros senadores se solidarizavam com a causa dessa mulher, enviando cartas ao governo brasileiro, solicitando investigações a respeito do caso Stuart, que como filho de cidadão norte americano tinha direitos de cidadania internacional a serem respeitados. O Governo brasileiro continuava negando que Stuart Angel Jones houvesse sido detido pelos órgãos de segurança. A imprensa brasileira amordaçada pela censura, silenciava. Uma das poucas notícias que vazaram pelo olho dos censores foi um anúncio de missa de 7º dia para Stuart, realizada por solicitação de amigos da família e publicada no Jornal do Brasil.

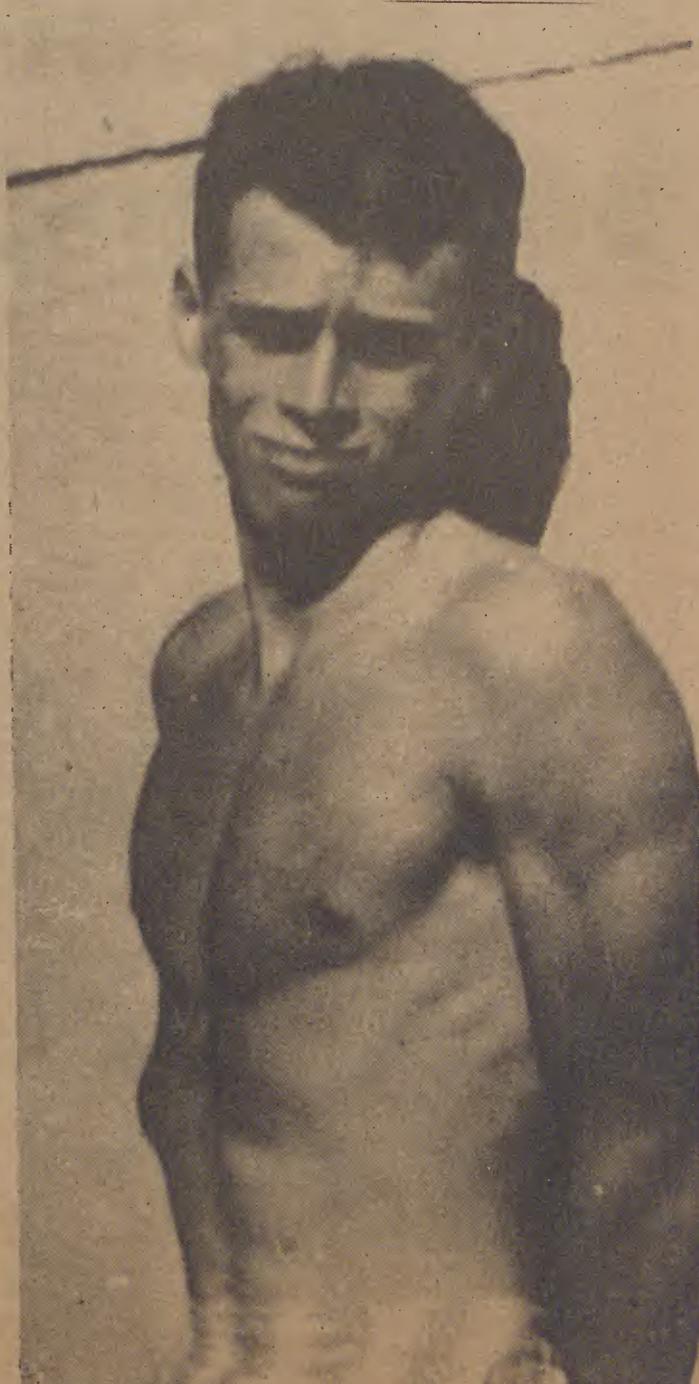
Os senadores norte-americanos exerciam intensas pressões junto ao Governo dos Estados Unidos pedindo inclusive que fosse cancelado o acordo de ajuda militar ao Brasil.

Em 16 de março de 1976, a 2ª Auditoria da Marinha julgava um pedido de prisão preventiva contra Stuart Angel Jones, numa farsa sem precedentes.

Na noite de 13 de abril de 1976, Zuzu Angel fechou seu ateliê, passou em casa de amigos onde era convidada especial para jantar e tomou o caminho de sua residência na Barra da Tijuca.

Na madrugada de 14 de abril de 1976, o Karmann Ghia de Zuzu Angel raspou o pára-lama esquerdo na mureta do viaduto da avenida Niemeyer e a 80 km por hora, de forma incompreensível, voou a 5 metros de distância. Quando a polícia rodoviária chegou, Zuzu estava morta entre as ferragens.

*"Eu não tenho coragem. Coragem tinha meu filho. Eu tenho legitimidade".*



(Dados extraídos da revista Repórter Três de junho de 78 e Jornal do Brasil de 15 de abril de 1976).



# Congresso Nacional pela Anistia



Lélio Basso, da Itália, representante do Tribunal Bertrand Russel, na foto entre as mulheres do MFPA, aplaudido de pé pela assistência.

O Congresso Nacional pela Anistia foi convocado pelos Movimentos de Anistia reunidos em Salvador, a 7 de setembro de 1978. Decidiu-se a convocação do Congresso como forma de congregar, nacionalmente, todos os que se dispõem a lutar pela Anistia em nosso país, escolhendo prioridades na luta e buscando novos canais de participação. Realizou-se em São Paulo, de 2 a 5 de novembro, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica e do Instituto Sedes Sapientiae, com a participação de mil e quinhentas pessoas. O Congresso representou um grande salto quantitativo e qualitativo na luta pela Anistia, afirmativa esta verificada pela presença massiva dos representantes das entidades de Anistia de todo o país (MFPA, CBAs e Movimentos Regionais pela Anistia), diversos setores da nossa sociedade (advogados, profissionais liberais e do campo da saúde, mulheres, operários, professores, parlamentares, setores da Igreja, bancários e estudantes), além dos atingidos pelos atos de exceção. A Coordenação Geral convidou, em caráter especial, sete entidades que vêm se destacando na defesa dos direitos humanos no Brasil e que se fizeram representar durante os trabalhos do Congresso: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal, a Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, as Comissões de Justiça e Paz de São Paulo, o Movimento Democrático Brasileiro e a Comissão Pró-União Nacional dos Estudantes. Participaram também como convidados especiais, representantes de organismos internacionais vinculados à defesa dos direitos humanos: Lelio Basso, da Itália, representante do Tribunal Bertrand Russel; Louis Joinet, da França, representante da Comissão Internacional de Juristas Católicos; André Jacques, da França, representante da CIMAD - Organização Internacional de Apoio aos Refugiados de todo o Mundo; Etienne Bloch, da França, representante do Comitê de Solidariedade França Brasil; Paul Gully Hart, da Suíça, representante da Associação Suíça pela Anistia Geral dos Prisioneiros Políticos no Brasil e da Associação dos Juristas Progressistas de Genebra, além de Jean Bernard Weber, da Suíça, representando dez organizações da Suíça que lutam pelos Direitos Humanos. O Congresso se organizou em plenárias e em comissões de trabalho, estas divididas em categorias profissio-

nais e por condição de atingidos. Assim sendo, foi possível discutir em comissões específicas aspectos que lhes são próprios, para melhor aprofundar, no ambiente de trabalho e estudo, as formas de luta pela Anistia mais de acordo com os setores em que participam. Entretanto, como se trata de uma luta de todos, cada comissão terminava por apresentar suas propostas de trabalho. Foram lembrados os nomes de centenas de desaparecidos e "mortos" nos cárceres existentes no País, com o respeito que merecem como homens que dedicaram suas vidas à causa da liberdade e às condições mais dignas para todos. Os núcleos do MFPA deram especial atenção à sua participação na Comissão de Mulheres, junto com mais de 50 mulheres representantes de movimentos operários, de donas de casa, de estudantes, de intelectuais, de profissionais liberais de áreas específicas, da Igreja, bem como representantes do Movimento Custo de Vida, do Centro do Desenvolvimento da Mulher, do Centro da Mulher Brasileira e dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. O tema de discussão do grupo se centralizou sobre a questão (tema prioritário do Congresso) da "Popularização da luta por Anistia", tendo o grupo produzido, ao final dos debates, um conjunto de propostas de trabalho em âmbito nacional (respeitadas as peculiaridades regionais e locais), das quais mencionamos aqui algumas das mais significativas:

- 1 - **Calendário nacional de datas para comemoração pelos movimentos femininos**, que serão comemorados através de várias formas de trabalho (conferências, debates, shows artísticos, publicações, etc);
- 2 - **Denúncias de abuso de ação policial**, não somente aos presos políticos, mas especialmente às mulheres e crianças, no cotidiano;
- 3 - **Ampliar a participação da mulher na vida política e social**, fundamentando denúncias sobre desigualdade salarial, situação da mulher que trabalha, desamparo à maternidade, etc.
- 4 - **Divulgação sistemática**, em todos os jornais e publicações femininas, das lutas por Anistia e das Campanhas urgentes em favor de atingidos, como hoje temos o caso de Flávia Schilling, de Zuzu Angel, Clarice Herzog, Eunice Paiva e tantas outras.

## 5 - Campanha de denúncia e esclarecimento sobre a Nova Lei de Segurança Nacional.

Os dados acima citados foram extraídos do informe da Comissão de Mulheres.

Durante o Congresso prevaleceu o sentimento de unidade, que contornou as situações imprevistas, criando condições para que os seus participantes realizassem um ato político de mais alta relevância. A participação efetiva de familiares de nossos presos, desaparecidos e mortos e as várias denúncias feitas por eles, são um libelo contra o regime repressivo em que vivemos e enche de luto e dor as pessoas não comprometidas com o atual "status quo". Os vários setores, entidades e políticos de renome internacionais trouxeram sua solidariedade e hoje vemos que, somada a toda a luta do povo em suas conquistas, vai a Anistia ganhando cada vez mais espaço. Exilados começam a voltar, processos de presos políticos são desarquivados e até mesmo políticos da situação defendem a Anistia (embora restrita), pois vêem que antes que algum "aventureiro" lance mão eles desejam a glória deste ato.

Mas não nos enganamos: é por nossa causa que ela virá, portanto a nossa participação é imprescindível, e é o verdadeiro motor de uma sociedade livre e democrática.

Transcrevemos agora o Manifesto à Nação, tirado ao final do Congresso:

"O Brasil é hoje uma nação dividida. Há 14 anos tenta-se silenciar o povo. O regime, imposto contra os interesses da maioria da população, outorgou-se o direito de legislar sobre tudo e sobre todos. A tudo e a todos, por todos os meios, tentou impor sua vontade. Aqueles que contra ele se colocaram foram marcados pela perseguição política, sem defesa e sem direitos como toda a nação. Há 14 anos aprofunda-se a distância entre o regime e o povo. E o povo está saturado de arbítrio. Hoje a nação reinvidica seus direitos. Operários vão à greve a fim de recuperar seu poder aquisitivo arruinado e exigir sua legítima liberdade de organização e manifestação. Advogados, falando em nome da nação indignada, repudiam firmemente a lei de segurança nacional, instrumento de perpetuação da violência e do arbítrio. Estudantes exigem o papel construtivo que lhes cabe na condução dos destinos da nação através de suas entidades livres e representativas. Os trabalhadores afir-

mam seu elemental direito de sindicatos livres e independentes. A Igreja solidariza-se com os marginalizados. O povo reage e é no próprio povo que crescem as forças capazes de construir uma nação renovada e justa.

Operários e estudantes, advogados, médicos, e profissionais liberais, arquitetos, engenheiros e economistas, jornalista e religiosos, políticos e servidores públicos, negros e mulheres, vindos de todo o Brasil através de entidades representativas, dos movimentos pela Anistia e no caráter de vítimas da repressão, realizaram em São Paulo o Congresso Nacional pela Anistia.

Expressando insatisfações nacionais, os participantes do Congresso repudiam a marginalização política, econômica e social do povo brasileiro, condenam a repressão que sobre ele se abate e exigem anistia. O preço pago pela nação foi parcialmente documentado no Congresso: censurados, demitidos, cassados, exilados, banidos, presos, torturados, perseguidos, mortos e desaparecidos; este é o saldo de 14 anos de arbítrio e violência.

O povo exige Anistia: liberdade para todos os presos e perseguidos políticos; volta de todos os exilados e banidos; recuperação dos direitos políticos de quem os teve cassados ou suspensos; readmissão nos quadros civis e militares. Fim das torturas, fim da legislação de exceção.

O movimento pela Anistia cresce nacionalmente. Está presente nas lutas que travam hoje diferentes setores da população por liberdade de organização e manifestação do povo oprimido, por liberdade de pensamento e por liberdades democráticas.

As entidades presentes ao Congresso Nacional pela Anistia assumiram o compromisso da transformação da luta pela Anistia num amplo e estruturado movimento popular, entendendo que é da organização e da pressão popular que dependem estas conquistas:

- fim da legislação repressiva, inclusive a revogação da lei de segurança nacional e da insegurança dos brasileiros;
- desmantelamento do aparelho de repressão política e fim da tortura;
- liberdade de organização e manifestação;
- anistia ampla, geral e irrestrita.



Nos últimos dias de governo do General Ernesto Geisel, iniciam-se as marchas e contra marchas diplomáticas com o Uruguai para que a soltura de Flávia Schilling seja efetuada.

Flávia é o resultante direto do arbítrio instalado em 64. Brasileira, filha do economista e político Paulo Schilling, nascida em 1954, em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, teve que transferir residência para Montevideo em 1964, com a mãe e irmãs, acompanhando seu pai ao exílio.

No Uruguai fez seus estudos e aos 18 anos era vestibulanda de Medicina. Filiou-se ao Movimento de Libertação Nacional dos Tupamaros. Flávia porém não participou de nenhuma ação violenta. No dia 24 de novembro de 1972, em companhia de seu namorado Rubens Pastrino Vicaño, que depois trairia Flávia e o movimento, recebeu voz de prisão. Ao tentar fugir, foi atingida por um tiro de pistola de 9 mm que lhe atravessou a faringe, a laringe e o epiglote. No hospital, durante meses alimentou-se artificialmente. Seu peso reduziu-se de 52 para 37 quilos e o volume de sua voz ficou reduzido a 20%.

“... Quem me visse morreria de rir, cheia de tubinhos por todos os lados...”

Até ser confinada ao presídio Punta Rieles, Flávia Schilling foi submetida a longos regimes de incomunicabilidade, proibição de correspondência, interrogatórios exaustivos a despeito de seu precário estado de saúde, torturas. Mas, Flávia através das cartas que escrevia para a família, mantinha a moral elevada.

Seus familiares começaram a sofrer pressões por parte do regime repressivo. Seu pai foi obrigado a sair do Uruguai e sua mãe, que não a vê há 4 anos, foi expulsa do país sem que houvessem explicações. A única pessoa com permissão para visitar Flávia de 15 em 15 dias, por 30 minutos, é sua irmã Cláudia, que permanece residindo em Montevideú.

A esta brasileira foi negado o direito humano mais elementar — o de se defender. Num julgamento irreal, sem defesa, essa menina cujos crimes mais graves são “pichar muros e observar uma fábrica de sorvetes” foi condenada a 9 anos de prisão pelo promotor. O relator achou pouco: desrespeitando todos os princípios da Justiça aumentou sua pena para 10 e mais 5 anos por periculosidade.

Sem advogados, com o governo brasileiro omissivo, Flávia Schilling já cumpriu metade da pena, portanto, pelas leis militares daquele país já poderia estar em liberdade. Quase uma velha aos 25 anos, prossegue sem ter conhecimento dos movimentos que lutam pela sua liberdade e sem acesso ao “status” de refugiada política concedido pelo Ato Comissariado das Nações Unidas, que lhe permite entrada em qualquer país europeu.

#### O MFPA E FLÁVIA

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA solidário com esta vítima inocente da repressão instalada nos dois países, Uruguai e Brasil, enviou carta ao Presidente da República Oriental do Uruguai Dr. Aparício Mendez, entregue ao Consulado Geral daquele país em São Paulo, dia 13 de dezembro de 1978, onde ressaltava o fato do Uruguai ser signatário da Declaração dos Direitos Humanos e apelava para uma intervenção direta do presidente uruguaio para solução do caso. Várias entidades e pessoas assinavam a carta além do MFPA: Comissão Brasileira pela Anistia, Movimento de Renovação Cristã, Comissão Arquidiocesana de Ecumenismo, Dr. Hélio Bicudo, etc.

A resposta, datada de 11 de Janeiro de 1979, foi do mais profundo descaço: em papel sem timbre, assinado por um Coronel Dr. Carlos A. Maynard, diretor do desconhecido O.C.I.P. usando a cansativa linguagem oficial falava apenas de fatos conhecidos.



# Flávia e Flávio



**Flávio Koutzii há 4 anos definhando em cárcere argentino.**

Outra carta foi enviada, acusando o recebimento da resposta e em vista da "honrosa atenção" o MFPA solicitava o direito de ver Flávia Schilling. O silêncio foi a resposta.

Com o agravamento do estado de saúde de Flávia, prestes a ser operada e às vésperas do Natal, o MFPA e o CBA empenharam todo o esforço na soltura da brasileira. Com base em recibos de pessoas que saíram do presídio Punta Rieles, o pai de Flávia calculou que sua "taxa de hospedagem" seria fixada em 15 mil dólares.

Em moção assinada em 10.12.78, no Rio de Janeiro e aprovada por unanimidade, a direção nacional do MFPA, a pedido do núcleo gaúcho, solicitava que todos que lutam pelos direitos humanos e pelo restabelecimento da democracia se mobilizassem para a coleta de fundos exigida pelo governo uruguaio. Imediatamente, o MFPA, o CBA e o jornal "O Pasquim" se empenharam na campanha de recolhimento de fundos para pagar pela liberdade de Flávia.

## O POVO BRASILEIRO RESPONDE

Rapidamente, os 15 mil dólares foram coletados nas ruas e Mila Cauduro, presidente do núcleo gaúcho do MFPA prestou contas publicamente na Assembléia Legislativa daquele estado. Em seguida, foi enviado ofício ao consul uruguaio em Porto Alegre colocando à disposição do seu governo os 15 mil dólares exigidos em troca da liberdade de Flávia.

"... estou inteira e não me quebrei. Só obedeco a minha própria cabeça e ao meu coração. Estou definitivamente mais firme do que nunca..."

Março de 79, Dr. Aparício Mendez, presidente do Uruguai prepara-se para visitar o Brasil e assistir a posse do General João Baptista Figueiredo, mas antes, pretende resolver este caso onde interesses políticos e econômicos se misturam com injustiças e crueldade. Flávia Schilling permanece em cárcere uruguaio ilegalmente.

Flávio Koutzii, brasileiro, 35 anos, está morrendo no presídio La Coronda, na província de Santa Fé, Argentina.

Flávio desde 1964, quando ainda residia no Brasil, participou de várias atividades contrárias ao regime brasileiro, enquanto dirigente nacional e regional da União Nacional dos Estudantes. Em fins de 1970, foi obrigado a deixar o país, interrompendo seus estudos na Faculdade de Ciências Econômicas (3º ano) e na Faculdade de Filosofia (2º ano). Abrigou-se na França, optando em 72 pela Argentina, onde prosseguiu seus estudos, sem intervir em nenhuma atividade política. Detido em maio de 1975, com sua esposa, em casa de um amigo, foi acusado de pertencer a um "complô internacional", que provocaria a queda do governo argentino.

Desde então, transferido de prisão para prisão, sofrendo regimes de incomunicabilidade, Flávio está sofrendo de hipertensão arterial, insuficiência cardíaca, e está condenado a não poder mais andar, caso não seja efetuada uma cirurgia urgente.

Flávio já cumpriu dois terços de sua pena, tendo direito à liberdade condicional, mas sua liberdade que já pensou-se dependeria de uma troca por Norberto Habegger, jornalista argentino, desaparecido no Brasil, está condicionada às negociações das cotas das hidrelétricas que Brasil, Argentina e Paraguai constroem no Rio Paraná.

"Laissez - Passer"

Flávio Koutzii recebeu da França o "Laissez Passer" que lhe dá o direito de refugiar-se naquele país e o MFPA solicita constantemente a juristas internacionais como Maitre Pettiti, Presidente da Comissão de Justiça e Paz e hoje Betonier da França; a Guy Aureche, presidente da ACAT - Associação dos Advogados Cristãos, a Guy Prim, responsável por refugiados, que continuem se interessando pelo seu caso e dando-lhe a assistência que lhe é devida, negada pelo governo brasileiro.

Apesar de seu debilitado estado de saúde, Flávio Koutzii não tem assistência médica e recebe medicamentos indiscriminadamente, ao acaso. Sua mãe quando o visita é obrigada a depositar dinheiro para a compra de remédios que em absoluto não irão melhorar seu estado. Sua pressão já chegou a 23.

Airton Soares, da Comissão de Direitos Humanos e deputado federal pelo MDB que já esteve duas vezes com Flávio em La Coronda, diz: "Ou nós fazemos algo agora ou Flávio pode amanhecer morto na prisão. O problema de Flávio é político, e não jurídico, e, se não tomarmos uma providência, ele nunca sairá vivo dos cárceres argentinos".

Inocente.

Flávio Koutzii nem mesmo sob tortura admitiu ser culpado dos crimes que o acusam: prossegue contando de sua inocência e do terrível erro que está sendo cometido. Além da prisão de Flávio, os brasileiros João Batista Ritter, Maria Regina Marcondes Pinto e Sydney Marques dos Santos encontram-se desaparecidos desde 1974, em terras argentinas.

"A cada visita, minhas esperanças diminuem" — diz Clara Koutzii, mãe de Flávio.

Com sua liberdade condicionada às negociações entre os governos brasileiro e argentino em relação à hidrelétrica de Corpos, Flávio Koutzii, a semelhança do que acontece com Flávia Schilling no Uruguai, definha sem assistência de qualquer espécie seja jurídica ou médica e sem que o governo de sua pátria por ele se interesse.



Como dois e dois são quatro  
Sei que a vida vale a pena  
Embora o pão seja caro  
E a liberdade pequena

(Ferreira Gullar)

JAYME LEÃO



O NATAL tem um significado profundo — a esperança de um povo oprimido na busca de uma boa nova — a Liberdade. Esta é também nossa esperança e a nossa luta e na conquista de uma sociedade sem miséria, sem fome e sem opressão. Que o ANO NOVO aglutine novas forças e que a aurora sobre uma brisa nova e macia, trazendo entre outras conquistas — a Anistia. O Movimento Feminino pela Anistia — Direção Nacional, recebeu cartões de Natal e de boas festas de todos os Núcleos de MFPA, CBAs, Movimentos que lutam por Anistia, os mais diversos setores de atividades e igrejas, de Comitês de Anistia do Exterior que nos apoiam, porém, nós destacamos um por uma questão toda especial. Um poema a um de nossos mortos, que transcrito no nosso Maria Quitéria acredito ser uma homenagem também nossa.

### NO DIA DA ANISTIA (Para meu irmão TITO)

Eu sinto no ar uma brisa macia  
Trazendo um só nome: o de Anistia  
Eu sinto no ar um aroma fecundo  
Parece que vem de algo profundo...  
Trazendo um rebolo corpos sofridos,  
gigantes de Paz, mortos queridos...  
feitos de heróis de um povo-guerreiro!  
É uma nova raça de brasileiros.  
Parecem cansados, os soldados banidos,  
marcando a um só passo, ao ritmo haurido...  
pisado de fé, de volta perfeita,  
marçando num chão suas vidas não feitas,  
mas vindas de longe tornar a viver o tempo de amor, de paz, de alegria...  
Trazendo um só nome: o de Anistia!  
Eu sinto no ar uma brisa macia  
Lembrando a infância de tanta alegria!  
Parece que vem do seio da terra  
Trazendo um só corpo, perdido,  
morrido...  
marcado no amor dos entes queridos  
feito um herdeiro de povo pobre...  
é um novo homem no gesto nobre!  
Parece cansado, andar rastejante  
com jeito de jovem que foi militante  
marcando no passo ao ritmo haurido...  
pisado de fé, de volta perfeita  
marcando num chão sua vida não feita  
mas vindo de longe tornar a viver o tempo de amor, de paz, de alegria...  
trazendo um só nome: o de Anistia!

Nildes Alencar Lima

### CARTA DO EXÍLIO

poesia de Ana Montenegro (exilada).

Esperando tuas notícias, sempre e desde então,  
eu te pergunto: há problemas e quais são?  
Escrevo prá vencer o tempo calendário, o tempo geografia  
antes de muita ausência, ausência em demasia,  
pesando muitas gramas no porte do correio.  
Espero dar-te um pouco de alegria; espero e creio!

Dizem, por aqui, que é tempo de lazer, tempo de verão!  
Como não vejo no céu uma só estrela, é mentira tal afirmação!  
Vai esta lista com algumas perguntas e alguns pedidos.  
São muitos e eu não sei se serão concedidos.  
Eu os faço desde o reino das minhas fantasias,  
onde as fadas quase não falam de alegrias,  
mas me contam notícias pejadas de esperança,  
depois da tempestade. dizem, chegará a bonança.

Manda-me uma cantiga daquelas de ninar,  
que me falem de barcos correndo para o mar...  
Manda-me uma estrela, a maior, do Cruzeiro do Sul,  
antes que a roube um monopólio, do espaço azul.  
Manda-me de São Paulo, das fábricas um apito,  
para que eu possa ouvir do operário o grito.  
Manda-me gravado um novo som; som e melodia.  
E a voz do batuque, a África chamando, nas noites da Bahia.  
Manda-me de luz vestido, ou mesmo nu, o Rio de Janeiro,  
quero guardá-lo comigo, todo inteiro!

E o Buarque já compôs uma nova canção,  
que me ajude a suportar saudade e solidão?

Perdoa por esta enorme lista de achados e perdidos,  
e abraça os amigos daqueles tempos idos.  
Quem sabe, breve, conversarei contigo, à viva voz  
e nós encontraremos — os vivos — eu e tu, eles e todos nós.

### HINO À ANISTIA

MÚSICA : MAESTRO ALMIRO D. OLIVEIRA  
LETRA : PAULO TAVARES.

SOL NEGADO A QUEM AMA A LUZ  
NA TERRA ONDE O SOL NÃO FALTA  
AO DESESPERO CONDUZ  
CRIME É AMAR AO SEMELHANTE  
ACABEM COM A LIBERDADE  
NADA, NADA DE SOL BRILHANTE

LUZ DE ESPERANÇA  
ENCARCERADA NA MURALHA FRIA  
CHORAM PAIS, CHORAM MÃES, CHORAM FILHOS,  
ANISTIA, ANISTIA, ANISTIA.  
O POVO QUEBRA GRILHÕES  
O POVO QUER A LUZ DO DIA  
CHORAM HOMENS, MULHERES, CRIANÇAS.  
ANISTIA, ANISTIA, ANISTIA





# Agenda

## JUNHO 78

**Dia 30** - O MFPA de Stª Catarina organizou exposição de artesanato de presos políticos em lugar público, chamando atenção para a necessidade da Anistia.

## JULHO 78

**Dia 2** - como é de nosso calendário foi comemorado levando flores à estátua de Maria Quitéria.

**Dia 6** - A Presidente Nacional do MFPA foi a Salvador para o lançamento da campanha de assinaturas pela Anistia, dando entrevista coletiva antes da sessão solene de lançamento que começou com a platéia cantando o hino da Anistia de 1945.

**Dias 7 a 14** - Congresso da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência na USP. Alugamos um Stand e vendemos cartazes da Anistia, livros, cordéis, artesanato, etc. Participamos em todas comissões trabalhando para tirar moções. (Foi uma moção final).

**Dia 14** - às 20.30, concerto na igreja do Sumaré. Violino Moacyr Del Picchia; Cravo e órgão, Dietrich Schiel. Nossos mortos foram homenageados no final com a música Fúnebre (Trauermusik) composta por Hindemith em 1936, na morte do Rei Jorge V.

**Dia 18** - Natal: a convite do Comitê Riograndense de Anistia, a Presidente Nacional fez palestra inicial na Assembléia Legislativa. Presentes parlamentares e Desembargador aposentado Dr. Lauro Pinto, profissionais de todas as categorias, estudantes etc. Pela manhã coletiva de imprensa na Cooperativa dos jornalistas.

**Dia 19** - Às 9 h. da manhã a Presidente do MFPA compareceu à 7ª Auditoria Militar do Recife a fim de assistir o primeiro interrogatório de Cajá, esperando o que por Justiça fosse aplicado a ele a Lei Fleury. Não foi quebrada a preventiva. A saída fizemos declaração a imprensa demonstrando nosso desaponto

14

com o julgamento por nós considerado injusto.

**Dia 19** - Às 20.30 na sede do MDB, reunião com o Núcleo local do MFPA.

## AGOSTO 78

A Presidente Nacional do MFPA, foi convidada juntamente com Dr. Wilson Fadul, do Centro Brasil Democrático e Dr. Flavio Bierrenbach, para instalarem oficialmente, a aula inaugural do Curso de Direito da FUCMT, cujo Diretor é o Padre Antonio de Barros Sobrinho Antunes. Os temas da aula foram desenvolvidos "O Estado de Direito" Dr. Bierrenbach, "Anistia" Dra. T. Zerbine, "Liberdades Democráticas" Dr. Wilson Fadul, ex-ministro da Saúde do Presidente deposto Dr. João Goulart. Os debates foram intensos com acadêmicos das Faculdades Unidas da MTS, Parlamentares e demais Assistentes. Todos os jornais locais deram amplo destaque e o jornal da praça de Dourados levou mensagem gravada ao povo douradense. À noite no programa das dezoito horas, pequena palestra pela televisão local, dizendo Anistia ser PAZ.

**5 a 6** - foi feita a primeira reunião preparativa do Congresso presentes MFPA, Direção Nacional, Minas e Pernambuco.

**Dia 8** - O Núcleo do Ceará lançou campanha de Anistia com a convocação de várias entidades locais. Realizou-se um ato público no dia do 4º aniversário da morte de Frei Tito, com a presença de 400 pessoas. De Brasília mandaram uma moção de solidariedade assinada por todos os Movimentos de Anistia. Foi dada entrevista a TV Globo, que a levou ao ar no Jornal da Noite. Entrevista na Rádio Arapuã, divulgando o ato da noite. Presentes autoridades civis e eclesiásticas e estudantes, prof. liberais e trabalhadores, no pátio interno do Curso Objetivo.

**Dia 11** - Paraíba - João Pessoa. Visita ao bispo local. D. José Maria

Pires, participação na sessão da Assembléia Legislativa do Estado a convite das lideranças.

**Dia 11** - É a data da instalação dos cursos jurídicos no país e a Presidente do MFPA, fez sua pregação pela Liberdade, Estado de Direito e Constituinte. Após a sessão participou de um almoço de confraternização do Dia do Jurista, do qual participaram mais de 200 advogados. Também neste almoço exortou os advogados a causa da Liberdade.

**Dia 21** - Os MFPA/RJ e o CBA/RJ realizaram um ato público na Associação Brasileira de Imprensa para a entrega de prêmios aos cartazes vencedores do concurso "Um cartaz pela Anistia" patrocinado pelo "Pasquim".

## SETEMBRO 78

**Dia 1** - O MFPA levou apoio moral e material aos familiares dos 22 estudantes que estavam em greve de fome. Orientamos a solução do problema dentro de nossa visão. A pedido dos membros da Convergência, nós e o CBA, mais mãe de um estudante que estava incomunicável, fomos à Brasília e estivemos com o Chefe de gabinete do Ministro da Justiça, onde entregamos documento onde pedíamos apenas que eles respondessem o processo em liberdade. Estivemos com líderes da Arena Senador Petronio Portela e com o líder do MDB Senador Santillo. Demos entrevista coletiva à imprensa.

**Dia 5** - O MFPA Florianópolis, a Comissão de Justiça e Paz e Cooperativa dos Jornalistas promoveram manifestações a favor dos Direitos Humanos, fazendo leitura coletiva de uma carta aberta à população, denunciando prisões arbitrárias, repressões ao Movimento do Custo de Vida e atentados a jornais.

**Dias 7, 8 e 9** - Realizadas em Salvador reunião preparatória do Congresso de Anistia.

**Dia 9** - O MDB baiano começou a campanha eleitoral da Bahia com um comício específico de Anistia.



Compareceram todos os Movimentos de Anistia e Direitos Humanos e comício começou com o povo cantando o hino da anistia, presentes perto de 500 pessoas. A Presidente do MFPA Direção Nacional abriu o comício e terminou dizendo estrofe do hino "O povo quebre grilhões, o povo quer Anistia".

**Dia 12** - O MFPA/SP esteve presente na vigília de oração dos Dominicanos em São Paulo, pela libertação de Cajá.

**Dia 29** - O embaixador em Paris Ramiro Saraiva Guerreiro, com forte dispositivo policial, impediu que uma comissão de personalidades entregasse carta designada ao Presidente Geisel, com mil assinaturas, entre as mil, há o prêmio Nobel o Doutor Andre Wolff, o senador Lellio Basso, Jean Cardonel e juristas Guy Aureche e Maitre Pettiti entre outros. O abaixo assinado afirmava o apego do povo brasileiro pelo respeito dos Direitos Humanos e isto era demonstrado pela posição de alguns parlamentares e por entidades como a OAB, a Comissão de Justiça e Paz e o Movimento Feminino pela Anistia.

**Dia 25** - Palestra na Câmara Municipal de São José dos Campos-Lançamento CBA local.

## OUTUBRO 78

**Dia 3** - de Outubro a Livraria Avanço, MFPA/SP e CBA/SP fizeram lançamento do livro de Roberto Ribeiro Martins "Liberdade para os brasileiros - anistia ontem e hoje".

**Dia 10** - CBA de Sorocaba nos convidou para debater Anistia e Direitos Humanos conjuntamente com Dr. José Gregori (representante da Comissão de J. e Paz)

**Dia 12** - Dia da criança o MFPA/SP elaborou uma carta aberta a população e esta Carta foi publicada pelo Diário Popular de S.P. e o Globo do Rio. A mesma iniciativa teve o MFPA/RJ pedindo Moção em favor da criança, lembrando nossas crianças subnutridas ou ainda crianças que ignoram o destino de seus pais - são crianças fora da sociedade,

quando não fora do país. Sala das sessões 12/10/78 Deputado Flores da Cunha. Dirigida a Vice-Presidente.

**Dia 24** - Instalação oficial do Núcleo da Paraíba.

**Dia 28** - Embarque da Presidente do MFPA - Direção Nacional para os USA a convite oficial do Washington Office On Latin America e da Liga de mulheres votantes que executam um trabalho análogo ao nosso.

## NOVEMBRO 78

Novembro - vide matéria

## DEZEMBRO 78

**Dias 5 a 9** - Promovida pela Comissão Arquidiocesana de S.P. de Direitos Humanos e marginalizados Semana de Direitos Humanos MFPA presente.

**Dias 8, 9 e 10** - Lançamento oficial do Centro Brasil Democrático, realização da maior importância que contou com intelectuais de todo o Brasil, Hotel Nacional RJ. MFPA/Dir. Nacional e MFPA/RJ, presentes. A pedido de nosso Núcleo do R.G. Sul, fizemos Mição explicando a necessidade de se levantar fundos 15.000 dólares para a libertação de Flávia. A necessidade da urgência visto estarmos às vésperas do Natal quando tudo para, e ser o mês de janeiro, férias forenses. O destaque da luta pela libertação de Flavia Schiling deve-se ao MFPA/RS que não poupou esforços e mobilizou, toda comunidade nacional.

**Dia 10** - Mesa redonda sobre Direitos Humanos pelo Jornal do Povo de Campinas.

O Estado de São Paulo de 19 de Dezembro publica matéria com destaque - "Programada para a Sé manifestação por Flávia", dá notícias do Paraná MFPA/PR cerca de 20 pessoas ligadas ao MFPA com Faixas chamando atenção pela libertação de Flavia. Em menos de duas horas arrecadaram mais de 4.000 para o fundo de libertação. Stª Catarina e MFPA e o Presidente da

Comissão de Justiça e PAZ arrecadaram no calçadão sem enfrentar qualquer problema. Salvador também o MFPA/BA arrecadou fundos no shopping center ajudadas até pelos comerciantes e sem nenhum problema. São Paulo dia 21, nas escadarias da Catedral da Sé iniciou a coleta foi cantando o hino da Anistia e arrecadou-se em uma hora de trabalho Cr\$ 4.830,00. Esta arrecadação foi simbólica pois sabíamos que a quantia já havia até ultrapassado.

**Dias 8 e 9** - Os formandos da UFMG de Economia, e formandos de Psicologia da Fac. de Filosofia convidaram a Presidente do MFPA/MG para paraninfo.

**Dia 10** - Fundado o CBA de Campina Grande/PB.

**Dia 12** - Na Catedral da Sé culto Ecumênico em memória dos presos e desaparecidos. Organizado pelo CBA/SP. MFPA presente representada a Diretoria e várias sócias.

**Dia 20** - O MFPA participou do lançamento do Comitê Guarulhense pró Anistia, no plenário da Câmara municipal, composta a mesa de autoridades locais, e convidados para palestra, a Presidente MFPA S.P., Plínio Marcos, CBA/SP.

**Dia 15** - No Sedes Sapientiae, o Núcleo dos Profissionais da Saúde: "Ética e Tortura" MFPA presente e na sua fala pediu a participação de todos no dia 21 na escadaria da Sé, pois o caso de Flavia era o típico de tortura moral e física.

## JANEIRO 79

**Dia 5** - O MFPA, sofreu uma grande perda, morreu a Presidente do Núcleo da Bahia. A sua missa de sétimo dia foi realizada na Igreja de São Bento. A missa foi celebrada por Don Timoteo Amoroso e por Padre Renzo Rossi, foi iniciada com todos os presentes cantando o hino da Anistia. Izabel Veiga Santana foi a alma e o coração do nosso Núcleo baiano. Ela sabia ser a luta pela Anistia uma luta de Justiça e Direitos Humanos.



# Um conselho no Exterior: voltem.



A presidente nacional do MFPA na ONU, com André e Jean Young, organizadora do Ano Internacional da Criança.

Terezinha Zerbini, presidente nacional do MFPA conta sua viagem aos Estados Unidos e à Europa. Formou-se um grupo de mulheres nos EUA em apoio a nossa luta por Anistia e volta ao Estado de Direito.

Este comitê denomina-se Ad Hoc Committee on Brazil e as responsáveis principais são Freida Silvert e Caroline Pezzullo, contando com o suporte da Senadora por Minnesota, Muriel Humphrey e mais quatro congressistas. O convite oficial foi feito através do Washington Office On Latin America e pelo grupo de mulheres votantes que fazem trabalho análogo ao nosso. A chegada a New York foi 29 de outubro às 7,30.

A agenda foi dura, mas o trabalho gratificante. No mesmo dia 29 às 11h. entrevista com Dick Goldensohn. Das 3 às 6,30 reunião programada para conhecer os membros da ACOB. Freid Silvert, Ralph Della Cava, Brady Tysson, Virginia Saurwein, Joan Dassin, Cathy Lee, Larry Birns. Dia 30-Reunião com a Liga Internacional de D. Humanos, Representantes de Organizações Internacionais, Cruz Vermelha, Juristas Internacionais, Catholic Relief Services, Universidades e imprensa. Almoço com Delegadas de Organizações não governamentais. Freida Silvert fez a apresentação e em seguida falou o MFPA. Às

17 horas encontro com o grupo Novas Prioridades. Responsáveis Ramsey Clark — Ex-Procurador Geral da República que fez breve exposição. Depois o MFPA uso da palavra. Dia 31 entrevista coletiva para a imprensa no escritório da Liga Internacional de D. Humanos. Presentes todos jornais dos EUA, Veja, Jornal do Brasil, Estado de São Paulo, Vóz de América.

Almoço com especialistas Latino-Americanos do Conselho Mundial de Igrejas. Tradutor Jovelino Ramos. Palestra na Casa Eleonor Roosevelt, para diversos grupos do Hunter College e Seminário de Brasil Contemporâneo. Dia 1 — Ida à Washington D.C., organizada e patrocinada por Jo Marie Gries Graber. Entrevista coletiva no Prédio da Imprensa Nacional. Presentes jornais USA, Americas, Jornal Brasil, O Estado SP e Vóz da América. Às 3 horas encontro com os Congressistas encarregados de ajuda. Recepção na Universidade Georgetown. Dia 2 Ponte-aérea New York. Entrevista para a revista "Word View" a Ted Jacqueney. Almoço no Centro de Relações Interamericanas com seus membros e contatos no setor de negócios. Moderador mr. Natea — organizado por Martha Glasserman. Nov. 3 Ponte aérea para Washington. Às 10 horas Encontro no Departamento de

Estado-Setor D.H. com representantes da América Latina. Almoço com grupos de pressão que trabalham por D. Humanos. Encontro com acadêmicos do Brookins Institution. Dia 5 de Novembro parti para Paris. Dia 7 a Delegação Francesa que tinha estado no Brasil faziam seus comentários, no final fiz uso da palavra. Dia 8 dei entrevista para a Tribuna Socialista, fiz uma palestra na sede do Cimade para um grupo de exilados brasileiros. Dia 13 na Livraria Centro de Língua Espanhola e Portuguesa fiz palestra sobre Anistia e Liberdades Democráticas.

Dia 2 — Visita à ONU. Encontro com André Young (embaixador dos Estados Unidos na ONU) e Sra. Jean Young, responsável pelo Ano Internacional da Criança.

Dia 16 de Novembro embarquei para Lisboa. Às 19 h. dei entrevista a Televisão Portuguesa fazendo análise sobre o Brasil. Dia 17 dei entrevista a dois jornais: Diário de Lisboa e a Capital. 18 entrevista gravada para ir ao ar domingo a 1 hora. Dia 21 dei entrevista a mulheres portuguesas e gravei entrevista para o rádio. Domingo na sede do Comitê Anistia fiz palestra para os brasileiros que lá estão, aconselhando que os que não tivessem maiores implicações voltassem. Dia 25 embarquei para o Brasil.